

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

São Paulo, 24 de março de 2014

A Diretoria Executiva

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Ativo	Nota	31/12/2012		31/12/2012		Passivo e Patrimônio Líquido
		31/12/2013	Ajustado	Ajustado	01/01/2012	
Ativo Circulante		282.648	469.979	104.413		Passivo Circulante
Caixa e Equivalentes de Caixa	38.18.c	4.193	289	1.004		Contas a Pagar
Aplicações Financeiras	4	259.394	448.102	84.663	18.c	Dividendos a Pagar
Contas a Receber		716	2.410	2.261		Salários a Pagar
Créditos Tributários - Correntes		17.702	15.169	11.273		Impostos a Pagar
Outros Ativos Financeiros		218	364	5.212	10	Provisões
Outros Ativos		425	3.645	-		Outros Passivos
Ativo não Circulante		634.179	259.471	249.556		Passivo não Circulante
Aplicações Financeiras	4	-	-	27.171	8	Contas a Pagar
Contas a Receber		-	-	960		Salários a Pagar
Depósitos Judiciais		115.863	115.616	114.959	11.b.2	Passivos Fiscais Diferidos
Créditos Tributários		57.610	71.998	75.566	10	Provisões
Correntes		8.154	6.763	6.788		Outros Passivos
Diferidos	11.b.1	49.456	65.235	68.778		Total do Passivo
Outros Ativos Financeiros		1.580	1.588	15.598		Patrimônio Líquido
Outros Ativos		-	-	15.130		Capital Social
Investimentos em Controladas e Empreendimentos em Conjunto	5	458.964	70.102	-		Reservas de Lucros
Outros Investimentos		60	60	60		Ajustes de Avaliação Patrimonial
Ativo Tangível	6	8	13	18		Total do Patrimônio Líquido
Ativo Intangível	7	94	94	94		Total do Passivo e Patrimônio Líquido
Total do Ativo		916.827	729.450	353.969		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos			
	106.562	7.591	52.723	-	-	166.876
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	-	-	-	(30.828)	-	(30.828)
Plano de Benefícios a Funcionários (Adoção da Nova Versão CPC 33)	1.c	-	-	(30.828)	-	(30.828)
Saldos em 1 de Janeiro de 2012 Ajustados	106.562	7.591	52.723	(30.828)	-	136.048
Aumento de Capital	12.a	371.000	-	-	-	371.000
Incorporação Parcial da Santander Participações S.A.	12.a	70.938	-	-	-	70.938
Dividendos Complementares	12.b	-	-	(52.723)	-	(52.723)
Lucro Líquido		-	-	-	8.614	8.614
Destinações:						
Reserva Legal	12.c	-	431	-	(431)	-
Dividendos	12.b	-	-	-	(2.045)	(2.045)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.d	-	-	6.138	(6.138)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012 Ajustado	548.500	8.022	6.138	(30.828)	-	531.832
Plano de Benefícios a Funcionários (Adoção da Nova Versão CPC 33)		-	-	19.733	-	19.733
Dividendos Complementares	12.b	-	-	(6.138)	-	(6.138)
Lucro Líquido		-	-	-	301.313	301.313
Destinações:						
Reserva Legal	12.c	-	15.066	-	(15.066)	-
Juros sobre o Capital Próprio	12.b	-	-	-	(27.900)	(27.900)
Dividendos	12.b	-	-	-	(118.862)	(118.862)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.d	-	-	139.485	(139.485)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	548.500	23.088	139.485	(11.095)	-	699.978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional, Reestruturação Societária e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional

A Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços), é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Rua Amador Bueno, 474 - Bairro Santo Amaro - São Paulo - SP. É uma sociedade integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e tem por objeto social a prestação de serviços técnicos e administrativos com predominância de mão-de-obra de natureza não bancária e com a corretagem de todos os ramos de seguros, de planos previdenciários e de títulos de capitalização.

b) Reestruturações Societárias

b.1) Cisão Parcial - Santander Participações S.A. (Santander Participações)

Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 31 de dezembro de 2012, foi aprovado a cisão parcial da Santander Participações, com versão do acervo cindido no valor de R\$70.938 para a Santander Serviços (Nota 12.a).

O acervo cindido correspondeu aos investimentos na própria Santander Serviços e na Webmotors S.A. (Webmotors). A cisão parcial deu-se por meio da transferência do acervo líquido contábil da Santander Participações para o capital social da Santander Serviços, com base no balanço auditado levantado em 30 de novembro de 2012. As variações patrimoniais verificadas entre a data base do referido balanço patrimonial e a da efetivação da cisão parcial foram reconhecidas e escrituradas diretamente na Santander Serviços.

b.2) Cisão Parcial da Webmotors e Constituição da Webcasas S.A. (Webcasas)

Na AGE de 30 de abril de 2013, foi aprovado a cisão parcial da Webmotors para a constituição de uma nova sociedade sob a denominação social de Webcasas S.A. A cisão parcial resultou na redução do capital social da Webmotors no valor de R\$24.500, sem cancelamento de ações, com base no acervo contábil de 31 de março de 2013. A cisão parcial teve por objetivo segregor os ativos relativos às atividades de comercialização de imóveis realizados através do "website" www.webcasas.com.br. das demais operações relacionadas à comercialização de veículos. Na constituição da Webcasas foram emitidas 24.500 ações ordinárias atribuídas integralmente à Santander Serviços (Nota 5).

b.3) Aquisição de ações da TecBan - Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)

Em 21 de janeiro de 2013, a Santander Serviços adquiriu as ações de emissão da sociedade TecBan detidas pela Santusa Holding, S.L. (Santusa), empresa controlada pelo Banco Santander Espanha, conforme Contrato de Compra e Venda celebrado entre as partes. A aquisição, correspondente a 20,82% do capital social da TecBan, foi autorizada pelo Bacen, nos termos da Resolução 4.062/2012, e efetivada em 27 de março de 2013 (Nota 5).

b.4) Participação da Carsales.com investments PTY LTD (Carsales) no Capital Social da Webmotors

Foi celebrado no dia 21 de junho de 2013 um acordo tendo por objetivo a participação da Carsales no capital social da Webmotors (Operação), sociedade controlada pela Santander Serviços, pelo valor de R\$180.000. A Operação foi implementada mediante a aquisição, pela Carsales, de novas ações do capital social da Webmotors, que representam 30% do capital total. Em conformidade com o acordo de acionistas, o Banco Santander (controladora da Santander Serviços) e a Carsales passaram a compartilhar o controle. Essa transação gerou um ganho na Santander Serviços de R\$119.961 referente a variação no percentual de participação no capital social da Webmotors em razão do ingresso da Carsales no seu capital social e R\$169.775, referente ao reconhecimento do valor justo da participação indireta remanescente do Banco Santander no capital da Webmotors S.A. de 42,5% (60,65% referente ao investimento do Banco Santander no capital da Santander Serviços sobre 70,00% do investimento da Santander Serviços no capital da Webmotors S.A.). Conforme o CPC 36 (R3) - Demonstrações Financeiras Consolidadas, esses montantes foram registrados na rubrica "Resultado na Alienação de Ativos não Classificados como Ativos não Correntes Mantidos para Venda" (Nota 5).

c) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Serviços, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - *The International Financial Reporting Standard* (IFRS). As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pela Diretoria Executiva na reunião realizada em 24 de março de 2014.

O resultado e a posição financeira da entidade estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

A Santander Serviços adotou as normas e interpretações que entraram em 2013. As principais normas aplicáveis a Santander Serviços foram:

- CPC 46 - Mensuração ao Valor Justo - Em 12 de maio de 2011, o IASB emitiu também o IFRS 13, que substituiu a orientação sobre a mensuração do valor justo na literatura existente de contabilidade em IFRS com um único padrão. O IFRS 13 define valor justo, fornece orientação sobre como determiná-lo e exige divulgações sobre mensurações de valor justo. No entanto, IFRS 13 não altera os requisitos em relação aos itens que devem ser mensurados ou divulgados pelo valor justo.
- As alterações introduzidas pela adoção do CPC 33 - Benefícios a Empregados (equivalente ao IAS 19 no IFRS), incluíram mudanças significativas na apresentação dos componentes de custos relativos à concessão de benefícios pós-emprego (custo do serviço passado e ganhos e perdas na liquidação) e custo de juros líquidos, que devem ser reconhecidos em lucros ou prejuízos e o componente de remuneração (que contemplam basicamente os ganhos e perdas atuariais), que devem ser reconhecidas no Patrimônio Líquido - Ajustes de Avaliação Patrimonial, não podendo ser reclassificado no resultado. De acordo com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente ao IAS 8 no IFRS), estas alterações implicam em mudança de prática contábil e devem ser aplicadas retroativamente a partir de 1 de janeiro de 2012, ajustando os saldos iniciais para o período mais antigo apresentado, como se a nova prática contábil tivesse vigente para estes períodos. O impacto desta prática contábil foi o seguinte:

Saldos Registrados Originalmente em 31 de Dezembro de 2012	Resultado		Saldos em 31 de Dezembro de 2012 Ajustados
	Contas a Receber	Outras Provisões (Receitas)	
5.743	(193.021)	4.727	(24.117)
(3.333)	3.333	(3.333)	3.333
2.410	(189.688)	1.394	(20.784)

Saldos Registrados Originalmente em 31 de Dezembro de 2011	Resultado		Saldos em 31 de Dezembro de 2011 Ajustados
	Contas a Receber	Outras Provisões (Receitas)	
(151.919)	52.897	(166.876)	
(46.709)	15.881	30.828	
(198.628)	68.778	(136.048)	

[1] Eleito registrado na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

[2] Eleito registrado em "Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares".

[3] Reclassificação dos direitos relativo ao plano de benefícios pós-emprego, anteriormente classificado em "Contas a Receber" e, no resultado, a reversão anteriormente contabilizada na rubrica de "Outras Receitas" foi reclassificada para "Provisões (Líquidas)".

As normas e interpretações novas e revisadas emitidas pelo IASB que possuem data de adoção efetiva a partir de 1 de janeiro de 2014, que não foram ainda adotadas pela Santander Serviços e podem ter impactos nas demonstrações financeiras dos próximos exercícios são:

- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Incentiva a melhoria das divulgações qualitativas no contexto de requerimento de divulgações quantitativas para auxiliar os usuários na comparação das Demonstrações Financeiras.
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração, que, no futuro, irá substituir parte da atual IAS 39 relativa à classificação e mensuração de ativos financeiros. O IFRS 9 apresenta diferenças significativas em relação aos ativos financeiros sobre o padrão atual, incluindo a aprovação de um novo modelo de classificação com base em apenas duas categorias, ou seja, instrumentos mensurados pelo custo amortizado e aqueles mensurados pelo valor justo, a descontinuidade das categorias mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e análises de perda do valor recuperável apenas para ativos mensurados pelo custo amortizado. A principal mudança introduzida com relação aos passivos financeiros aplica-se apenas às obrigações que a entidade optar pela mensuração a valor justo. A porção da mudança no valor justo destes passivos que forem atribuíveis a mudanças no fator de risco de crédito da própria entidade, devem ser apresentados em Outros Resultados Abrangentes e não em lucros ou perdas.

Em 19 de novembro, de 2013, o IASB anunciou a conclusão de um pacote de alterações aos requisitos contábeis para instrumentos financeiros. Estas alterações tratam os requisitos de classificação e mensuração assim como o modelo de expectativa de perda no valor recuperável de crédito (impairment) as ser incluído no IFRS 9. Uma vez que essas deliberações estejam completas, o IASB espera publicar uma versão final do IFRS 9, informando nova data de vigência obrigatória.

d) Estimativas Utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos (incluindo ágio e outros ativos intangíveis);
- Provisão com processos judiciais e administrativos e obrigações legais; e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem em caixa, depósitos e outros valores com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos financeiros para fins contábeis:

- Participações em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto; e
- Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para funcionários.

ii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge.
- Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado" e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não são coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam coligadas desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou como "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

Resultados decorrentes de alterações no valor justo não reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação consideradas como perdas permanentes, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação consideradas como perdas permanentes, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data do balanço.

iii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e equivalentes de caixa";
- "Aplicações financeiras";
- "Depósitos judiciais";
- "Contas a receber";
- "Participações em empreendimentos conjuntos"; e
- "Outros ativos financeiros": inclui outros valores a receber com natureza de ativos financeiros não incluídas nas demais rubricas.

iv. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("Posições vendidas"); e
- Passivo financeiro ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

v. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Contas a pagar";
- "Dividendos a pagar"; e
- "Derivativos": inclui o valor justo com saldo negativo da entidade dos derivativos que não fazem parte do hedge accounting.

vi. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros e Reconhecimento das Mudanças do Valor Justo

Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os "Empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "Passivos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.

c) Provisão para Perdas sobre Créditos

Provisão para perdas sobre créditos - constituída para os créditos vencidos acima de 60 dias.

d) Ativo Tangível

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação e segurança - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

A Santander Serviços avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável registrada no resultado do exercício. Adicionalmente, o valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a adequar o valor da vida útil do bem.

e) Ativo Intangível

A mensuração do valor recuperável dos outros ativos intangíveis - cessão de direitos de usos comerciais é realizada com base no método do fluxo de caixa descontado, que tem como objetivo demonstrar a expectativa de geração de benefício econômico futuro e o valor presente dos fluxos de caixa esperados, comparado com o valor contábil, verificando se existe ou não a necessidade de registro de perda por não recuperabilidade.

f) Outros Ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas (excluindo juros provisionados), o valor líquido da diferença entre obrigações de planos de pensão e o valor dos ativos do plano com saldo em favor da entidade, caso o valor líquido deva ser divulgado no balanço patrimonial, e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

g) Outros Passivos

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receitas diferidas, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

h) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Prestação de Serviços

• Receitas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços, e

- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
 O PIS (0,65%) e a Cofins (4%) são calculados pelo regime cumulativo.
1m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
 O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado das aplicações financeiras e são classificados como não circulantes.
 De acordo com o projeto de regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, está baseada em disposições de regulamentos futuros e fundamentada em estudo técnico.
 Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627/13) para alterar a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. A MP 627/13 trata sobretudo da revogação do Regime Transitório de Transição - RTT, que disciplina sobre os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais. A Santander Serviços aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva de seus impactos e se deve ou não aderir aos seus efeitos a partir de 2014.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes à depósitos bancários.

4. Aplicações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos correspondem à aplicações em notas de fundos de investimento, sem prazo de vencimentos.

5. Investimentos em Controladas e Empreendimentos em Conjunto

	Quantidade de Ações		Participação - %		Lucro Líquido (Prejuízo)	
	Ordinárias Possuídas (Mil)				Líquido	01/01 a
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Controlada						
Webcasas ⁽¹⁾	24.500	-	100,00%	-	23.972	(528)
Controladas em Conjunto						
Webmotors ^{(1) (2)}	366.182.676	366.182.676	70,00%	100,00%	210.012	20.860
TecBan ⁽³⁾	781.971	-	20,82%	-	252.566	60.859
					Resultado de Equivalência Patrimonial	
					01/01 a	01/01 a
					31/12/2013	31/12/2012
Controlada						
Webcasas ⁽¹⁾		23.972	-	-	(528)	-
Controladas em Conjunto						
Webmotors ^{(1) (2)}		147.008	70,102	-	15.960	(744)
Webmotors - Valor Justo ⁽²⁾		169.775	-	-	-	-
TecBan ⁽³⁾		52.584	-	-	9.937	-
Total dos Investimentos Avaliado por Equivalência Patrimonial	393.339	70.102	70,102	-	25.369	(744)
Agio - TecBan ⁽⁴⁾	65.625	-	-	-	-	-
Total dos Investimentos em Controladas e Empreendimentos em Conjunto	458.964	70.102	70,102	-	25.369	(744)

⁽¹⁾ Em 30 de abril de 2013, a Webmotors foi cindida parcialmente para a constituição de uma nova sociedade denominada Webcasas (Nota 1.b.2).

⁽²⁾ Em 28 de junho de 2013, foi aprovado o aumento de capital da Webmotors no valor de R\$180.000, mediante a emissão de 156.935.435 mil ações representando 30% do total das ações, as quais foram subscritas e integralizadas pela Carsales (Nota 1.b.4).

⁽³⁾ Ganho de capital apurado pela diferença entre o valor contábil do investimento e a avaliação ao seu valor justo (Nota 1.b.4).

⁽⁴⁾ Em 27 de março de 2013, foi efetivada a aquisição de ações da Tecban. A Santander Serviços adquiriu 781.970.571 ações de emissão da Tecban, representativas de 20,82% de seu capital social, ao preço total de R\$108.272, apurado com base no valor de mercado das ações corrigido pelo CDI da data da assinatura do contrato de compra e venda de ações celebrado em 21 de janeiro de 2013 até o pagamento. Essa aquisição gerou um ágio de R\$65.625 (Nota 1.b.3).

6. Ativo Tangível

Composição:	31/12/2013			31/12/2012		
	Custo	Depreciação Acumulada	Total	Custo	Depreciação Acumulada	Total
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	51	(43)	8	51	(38)	13
Sistemas de Segurança e Comunicações	14	(14)	-	14	(14)	-
Sistemas de Processamento de Dados	95	(95)	-	95	(95)	-
Veículos	27	(27)	-	27	(27)	-
Total	187	(179)	8	187	(174)	13

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não foi identificada nenhuma perda do valor recuperável do ativo tangível.

Variações:	01/01 a 31/12/2013			01/01 a 31/12/2012		
	Custo	Depreciação Acumulada	Total	Custo	Depreciação Acumulada	Total
Saldo no Início do Exercício	187	(174)	13	187	(169)	18
Depreciação	-	(5)	(5)	-	(5)	(5)
Saldo no Final do Exercício	187	(179)	8	187	(174)	13

7. Ativo Intangível

Refere-se a marcas e patentes, com custo de aquisição no valor de R\$94 (31/12/2012 - R\$94).

8. Contas a Pagar

	31/12/2013	31/12/2012
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 18.c)	764	3
Credores Diversos - País	2.840	2.980
Provisões para Outras Despesas Administrativas	844	-
Total	4.448	2.983

9. Instrumentos Financeiros

Avaliação
 Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, depósitos judiciais, outros ativos financeiros, contas a pagar, dividendos a pagar e outros passivos financeiros, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos por qualquer perda ou redução do valor recuperável.
 O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a Santander Serviços se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas das demonstrações contábeis apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos.
Valor Justo para os Instrumentos Financeiros ao Custo Amortizado
 O valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado se aproxima ao valor contábil, considerando os prazos e taxas de juros dos instrumentos financeiros.
Gerenciamento de Riscos
 A gestão de riscos da Santander Serviços é realizada em conjunto com o processo de gestão do Conglomerado Santander, de acordo com a regulamentação vigente, e visa proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Na condução de suas operações, a Santander Serviços está exposta, principalmente, aos seguintes riscos:
 - Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira.
 - Risco de mercado é a exposição em fôrmes de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. A administração dos riscos de mercado permite o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras.
 - Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos internos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão e controle do risco operacional buscam o fortalecimento do ambiente de controles internos, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a continuidade do negócio.
 - Risco de compliance é definido como risco legal, ou de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentações, códigos de conduta e das boas práticas. O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo e inclui monitoria, treinamento e comunicação adequada das regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios.
 - Risco de reputação é a exposição decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato de essa opinião se basear em fatos ou meramente na percepção do público.

Instrumentos Financeiros por Categoria

Os instrumentos financeiros estavam assim resumidos:

	31/12/2013	31/12/2012
Ativos Financeiros - Empréstimos e Recebíveis	122.570	120.267
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.193	289
Contas a Receber	716	2.410
Depósitos Judiciais	115.863	115.616
Outros Ativos Financeiros	-	-
Dividendos a Receber	-	92
Adiantamentos Salariais e Outros	218	272
Pagamentos a Recessar	1.578	1.517
Outros Devedores	2	71
Ativos Financeiros - Avaliado pelo Valor Justo com Ganhos e Perdas no Resultado	259.394	448.102
Aplicações Financeiras - Cotas de Fundos de Investimento	259.394	448.102
Total - Ativos Financeiros	381.964	568.369
Passivos Financeiros - Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	16.263	5.029
Contas a Pagar	4.448	2.983
Dividendos a Pagar	11.815	2.046
Total - Passivos Financeiros	16.263	5.029

Mensuração do Valor Justo
 A Administração considera que os valores contábeis dos ativos financeiros e passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado se aproximam dos seus valores justos.
 O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.
Hierarquia de Valor Justo
 Como estratégia de gestão de risco em linha com seus objetivos de negócios, a Santander Serviços mantém uma carteira de instrumentos financeiros simples e apresenta os seguintes níveis para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:
 Nível 1: outros cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
 Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. São avaliados por essa hierarquia os instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos.
 Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros nos quais não utilizam dados observáveis de mercado para a mensuração.
 Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as aplicações financeiras foram classificadas como Nível 1.

10. Provisões

a) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais, Compromissos e Outras Provisões

	Fundos de Pensão			Outras			Total
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	
Saldo no Início do Exercício	108.075	20.908	5.270	43.376	12.059	189.688	
Constituição Líquida de Reversão	(2.637)	4.961	2.901	4.750	1.379	11.354	
Efeitos da Adoção do CPC 33 (Nota 1.c)	-	-	-	(29.898)	-	(29.898)	
Baixas por Pagamento ⁽¹⁾	(15.669)	(10.647)	(3.329)	-	(3.321)	(32.966)	
Saldo no Final do Exercício⁽²⁾	89.769	15.222	4.842	18.228	10.117	138.178	

	Fundos de Pensão			Outras			Total
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	
Saldo no Início do Exercício	104.021	31.523	3.209	-	13.166	151.919	
Constituição Líquida de Reversão	4.059	9.241	6.988	(3.333)	3.829	20.784	
Efeitos da Adoção do CPC 33 (Nota 1.c)	-	-	-	(46.709)	-	(46.709)	
Baixas por Pagamento ⁽¹⁾	(5)	(19.856)	(4.927)	-	(4.936)	(29.724)	
Saldo no Final do Exercício⁽²⁾	108.075	20.908	5.270	43.376	12.059	189.688	

⁽¹⁾ Em 2013, para as contingências fiscais, inclui a adesão ao programa instituído pela Lei 12.865/2013 (artigos 17 e 39), (Nota 10.b).

⁽²⁾ Os depósitos em garantia relativos aos depósitos judiciais, estão limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam depósitos relativos às contingências possíveis e/ou remotas e depósitos de recusa. Estes valores são: fiscais R\$80.108, trabalhistas R\$3.090 e cíveis R\$487 (31/12/2012 - R\$75.671, R\$37.232 e R\$934, respectivamente).

b) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

A Santander Serviços aderiu ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela Lei 12.865/2013 (artigos 17 e 39).
 Os efeitos contábeis no caso dos processos fiscais e previdenciários incluídos na modalidade de pagamento à vista, foram registrados no momento da adesão ao programa. Como consequência, foram liquidados passivos fiscais contingentes no montante de R\$22.018, através de pagamento no valor de R\$15.411.
 Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:
Diferença de Alíquota da CSLL - R\$45.467 (31/12/2012 - R\$44.382): a Santander Serviços questiona a aplicação de alíquota majorada da CSLL.
Dedutibilidade da CSLL no IRPJ - R\$14.695 (31/12/2012 - R\$32.690): a Santander Serviços pleiteia a dedutibilidade da despesa com a CSLL na apuração do IRPJ.
INSS - R\$18.434 (31/12/2012 - R\$18.148): referem-se a discussões em processos judiciais e administrativos que visam a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

c) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial o pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.
 Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadraram no critério anterior são avaliadas individualmente, com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificações dos assessores jurídicos.
d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível
 São ações judiciais de caráter indenizatório.
 As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, basicamente, sobre contratação irregular, cobrança indevida e outros assuntos.
 Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações cíveis que não se enquadraram no critério anterior são provisionadas de acordo com a avaliação individual, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

e) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária totalizaram R\$29.580, cíveis R\$1.431 e não havia ações de natureza trabalhista.

f) Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares

f.1) Planos de Pensão Complementar

A Santander Serviços patrocina, juntamente com o Banco Santander, entidades fechadas de previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela previdência social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.
I) Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)
Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pela Santander Serviços, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.
Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de Déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.
Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.
Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

f.2) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo (Cabesp): entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

Conciliação dos Ativos e Passivos

Valor Presente das Obrigações Atuariais (91.384) (221) (115.223) (76)
 Valor Justo dos Ativos do Plano 220.861 279 250.444 262

Superávit

Valor não Reconhecido como Ativo 129.477 58 135.221 186
 Valor não Reconhecido como Ativo 129.477 58 135.221 186

Ativo (Passivo) Atuarial Líquido em 31 de Dezembro

Contribuições Efetuadas 8 - - -
 Receitas (Despesas) Reconhecidas (8) - (11) -
 Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos (21.736) 19 24.005 36

Os valores apropriados relacionados aos planos de contribuição definida Banesprev e SantanderPrevi foram de R\$2 e R\$158, respectivamente (2012 - R\$7 e R\$166).

f.2) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo (Cabesp): entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

Conciliação dos Ativos e Passivos

Valor Presente das Obrigações Atuariais (167.701) (236.018)
 Valor Justo dos Ativos do Plano 149.473 192.642

Déficit

(18.228) (43.376)
 (18.228) (43.376)

Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro

Contribuições Efetuadas 723 674
 Receitas (Despesas) Reconhecidas (5.473) 2.660
 Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial (16.811) (46.709)
 Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos (35.030) -

Principais Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

	31/12/2013		31/12/2012	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	11,2%	11,3%	8,7%	9,0%
Taxa para Cálculo do Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	11,2%	11,3%	8,7%	9,0%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários:	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
Tábuca Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Abertura dos Ganhos (Perdas) Atuariais por Experiência, Hipóteses Financeiras e Hipóteses Demográficas				
	Banesprev	Sanprev	Banesprev	Cabesp
Experiência do Plano	3.219	(230)	(14.609)	
Mudanças em Hipóteses Financeiras	24.371	81	59.132	
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	17	37.417	
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	27.590	(132)	81.940	

Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto (47.361) (4) (52.043)

Ganho (Perda) Atuarial - Ativo

(47.361) (4) (52.043)
 Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Sensibilidade	
	(+) 1,0	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários - Diferidos

Ano	31/12/2013		31/12/2012	
	Diferenças temporárias		Total	
	IRPJ	CSLL	Total	Registrados
2014	9.610	4.550	14.160	13.977
2015	9.804	4.620	14.424	14.054
2016	2.355	1.938	4.293	3.924
2017	2.271	817	3.088	3.088
2018	6.288	2.264	8.552	8.551
2019 a 2021	1.617	582	2.199	2.199
2022 a 2023	2.693	970	3.663	3.663
Total	34.638	15.741	50.379	49.456

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

12. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2013 e 2012, totalmente subscrito e integralizado é composto por 287.470.250 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

Na AGE de 31 de dezembro de 2012, foi aprovado o aumento do capital social, resultante da versão da parcela cindida da Santander Participações S.A. (Nota 1.b) no valor de R\$70.938, mediante a emissão de 63.591.019 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo que, em decorrência desta cisão, estas ações e as ações detidas pela Santander Participações foram destinadas ao seu controlador, o Banco Santander. Foi aprovado também, o aumento de capital no valor de R\$371.000 mediante a subscrição e integralização de 113.109.756 mil novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pela Santusa Holding, S.L., empresa controlada pelo Banco Santander, S.A. - Espanha.

b) Dividendos

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

Em dezembro de 2013, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$13.900 (R\$0,05 em reais por lote de mil ações, correspondentes a R\$0,04 líquidos do imposto de renda), relativos ao exercício social de 2013 e serão pagos a partir de 26 de fevereiro de 2014.

Em julho de 2013, foram aprovados o pagamento de: (i) dividendos complementares no montante de R\$6.138 (R\$0,02 em reais por lote de mil ações) retirados da conta de reserva para equalização de dividendos, relativos ao exercício social de 2012; (ii) dividendos intercalares no montante de R\$118.862 (R\$0,41 em reais por lote de mil ações), relativos ao exercício social de 2013 e (iii) juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$14.000 (R\$0,05 em reais por lote de mil ações, correspondentes a R\$0,04 líquidos do imposto de renda), relativos ao exercício social de 2013.

Em dezembro de 2012 foi destacado dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2012, no montante de R\$2.045 (R\$0,01 em reais por lote de mil ações), e foram pagos em 28 de fevereiro de 2013.

Em maio de 2012 foi aprovado o pagamento de dividendos complementares no montante de R\$52.723 (R\$0,48 em reais por lote de mil ações) retirados da conta "Reserva para Equalização de Dividendos", relativos a exercícios sociais anteriores a 2012.

c) Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício foi destinado 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

d) Reserva para Equalização de Dividendos

Limitada a 50% do valor do capital social, com a finalidade de garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

13. Receita Líquida de Prestação de Serviços

Segue abaixo a conciliação entre receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	01/01 a	01/01 a
	31/12/2013	31/12/2012
Receita Bruta		
Serviços com Partes Relacionadas (Nota 15&18.c)	42.920	49.642
Serviços com Terceiros (Nota 15)	50.354	35.343
Menos:		
PIS (Nota 15)	(606)	(553)
Cofins (Nota 15)	(3.731)	(3.399)
ISS (Nota 15)	(1.766)	(1.673)
Receita Líquida	87.171	79.360

14. Custo dos Serviços Prestados

	01/01 a	01/01 a
	31/12/2013	31/12/2012
Despesas com Contratos Originados com Negócios de Seguros ⁽¹⁾ (Nota 15)	23.060	19.371
Despesas com Pessoal	8.408	8.874
Total	31.468	28.245

⁽¹⁾ Inclui R\$9.957 (2012 - R\$10.217) de despesas por pagamento de prêmios de seguro a Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (Nota 18).

15. Informações sobre a Natureza das Receitas e Despesas Reconhecidas na Demonstração do Resultado

A Santander Serviços apresentou a demonstração de resultado utilizando uma classificação das receitas e despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas receitas e despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentado a seguir:

	01/01 a	01/01 a
	31/12/2013	31/12/2012
Receitas com Prestação de Serviços (Nota 13)	93.274	84.985
PIS (Nota 13)	(606)	(553)
Cofins (Nota 13)	(3.731)	(3.399)
ISS (Nota 13)	(1.766)	(1.673)
Despesas com Contratos Originados com Negócios de Seguros (Nota 14)	(23.060)	(19.371)
Despesas de Remuneração, Benefícios e Treinamento com Pessoal	(6.952)	(8.088)
Despesas de Encargos Sociais com Pessoal	(1.669)	(1.941)
Despesas com Convênio Operacional com o Banco Santander (Nota 16&18.c)	(13.914)	(22.584)
Resultado de Equivalência Patrimonial sobre o Resultado da		
Webmotors S.A. (Nota 5)	25.369	(744)
Despesas com Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros (Nota 16)	(2.106)	(1.858)
Outras Despesas Administrativas	(3.772)	(4.607)
Despesas de Depreciação (Nota 6)	(5)	(5)
Provisões Líquidas de Reversão para Processos Judiciais e Administrativos e Outras (Nota 10.a)	(11.354)	(20.784)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	990	1.370
Rendas com Títulos de Renda Fixa (Nota 17)	25.794	7.463
Resultado na Alienação de Ativos não Classificados como Ativos não		
Correntes Mantidos para Venda (Nota 1.b.4)	289.736	-
Atualização de Depósitos Judiciais (Nota 17)	4.626	4.748
Outras Receitas (Despesas) Financeiras (Nota 17)	1.158	1.158
Provisão para Imposto de Renda (Nota 11.a)	(5.450)	(1.413)
Provisão para Contribuição Social (Nota 11.a)	(1.912)	(547)
Impostos Diferidos (Nota 11.a)	(63.337)	(3.543)
Total de Receitas e Despesas Reconhecidas na Demonstração do Resultado	301.313	8.614

16. Despesas Administrativas

	01/01 a	01/01 a
	31/12/2013	31/12/2012
Comunicações	100	1.418
Propaganda e Publicidade	442	788
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros (Nota 15)	2.106	1.858
Serviços do Sistema Financeiro	13	14
Transportes e Viagens	1.008	1.034
Convênio Operacional com o Banco Santander (Nota 15&18.c)	13.914	22.584
Outras	2.209	1.353
Total	19.792	29.049

17. Receitas (Despesas) Financeiras

	01/01 a	01/01 a
	31/12/2013	31/12/2012
Receitas Financeiras		
Rendas com Ativos Financeiros com Instituições de Crédito (Nota 15)		
Rendas de Títulos de Renda Fixa - Letras Financeiras do Tesouro - LFT (Nota 15)	-	104
Rendas de Títulos de Renda Fixa - CDB (Nota 15)	-	111
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento (Nota 15)	25.794	7.248
Atualização de Depósitos Judiciais (Nota 15)	4.626	4.748
Outras (Nota 15)	1.160	1.162
Total	31.580	13.373
Despesas Financeiras		
Outras (Nota 15)	2	4
Total	2	4

18. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária da Santander Serviços, realizada em 30 de abril de 2013, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2013, no valor máximo de R\$10.

A Santander Serviços é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, controlador indireto da Santander Serviços.

A Santander Serviços não possui benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração.

Em 2013 e 2012, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria.

b) Participação Acionária

A Santander Serviços é controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha, através do Banco Santander com participação direta de 174.360.451 mil ações ordinárias, equivalentes a 60,65% do capital social e da Santusa Holding, S.L. (Espanha) com participação direta de 113.109.756 mil ações ordinárias, equivalentes a 39,34% do capital social.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Os principais saldos e resultados de transações são:

	Relacionamento	31/12/2013	31/12/2012
Ativo			
Caixa e Equivalentes de Caixa		4.193	289
Banco Santander ⁽¹⁾	Controlador Direto	4.193	289
Dividendos a Receber		-	92
Webmotors	Controlada em Conjunto	-	92
Passivo			
Dividendos a Pagar		11.815	2.046
Banco Santander ⁽¹⁾	Controlador Direto	7.166	1.241
Santusa Holding, S.L.	Acionista não Controlador	4.649	805
Contas a Pagar		764	3
Banco Santander, S.A. - Espanha	Controlador Indireto	2	3
Webmotors	Controlada em Conjunto	762	-

Resultado

	01/01 a	01/01 a	
	31/12/2013	31/12/2012	
Receitas (Despesas) Financeiras	25.794	-	
Santander FIC FI Contract I Referenciado DI	25.794	-	
Receitas de Prestação de Serviços	42.920	49.642	
Zurich Santander Brasil Seguros			
e Previdência S.A.	Outras Partes Relacionadas	11.854	23.341
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	Outras Partes Relacionadas	31.066	26.301
Custos dos Serviços Prestados	(9.957)	(10.217)	
Zurich Santander Brasil Seguros			
e Previdência S.A.	Outras Partes Relacionadas	(9.957)	(10.217)
Despesas Administrativas	(14.717)	(22.591)	
Banco Santander ⁽¹⁾	Controlador Direto	(13.914)	(22.584)
Webmotors	Controlada em Conjunto	(762)	-
Santander Brasil Asset Management			
Distribuidora de Títulos e Valores			
Mobiliários S.A.	Outras Partes Relacionadas	(41)	(7)

⁽¹⁾ A partir de 31 de dezembro de 2012, o Banco Santander passou a ser o controlador direto conforme mencionado na Nota 12.a.

19. Outras Informações

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Superintendente
Reginaldo Antonio Ribeiro

Diretores Executivos

Luiz Carlos Tagliamento

Mauro Siequeroli

Contador

Flaminio Oliveira Ferreira - CRC 1RS 067739/O-6 S-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a qual indica que as receitas da Sociedade estão representadas, substancialmente, por serviços prestados a partes relacionadas que fazem parte do Conglomerado Santander Brasil. Caso as referidas receitas fossem efetuadas com partes não relacionadas, poderia refletir resultado diferente do apresentado nas demonstrações financeiras para o exercício findo naquela data. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 24 de março de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2

Aos Acionistas e Administradores da
Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.